

# Ulysses diz a Sarney que PMDB repele recessão

BRASÍLIA — O Presidente José Sarney recebeu a garantia formal do Presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, de que o partido vai prestigiar e apoiar o Governo nas medidas de contenção da crise econômica, mas não aceitará ajustes que impliquem recessão. O PMDB exige ainda o controle das taxas de juros "que não podem ser elementos maléficis, deletérios, acionando a inflação e prejudicando a saúde e a normalidade democrática do País".

Ulysses Guimarães conversou ontem por uma hora e meia com Sarney, no Palácio da Alvorada, e depois seguiu para uma reunião com os dirigentes do PMDB. Em rápido contato com a imprensa, ao final do encontro, Ulysses deixou claro que o PMDB continuará a ser consultado sobre as decisões econômicas "que serão fixadas entre as várias alternativas existentes" e anunciadas pelo Presidente ou pelo Ministro da Fazenda, Dilson Funaro.

Após dizer que a situação econômica foi examinada longa e pormenorizadamente com Sarney, disse que a questão dos juros é crucial e que seu aumento nas proporções verificadas constitui "uma doença grave, que se não for curada trará sérias conseqüências".

— O Governo está examinando uma série de medidas, mas só o Presidente e o Ministro Funaro podem anunciá-las — observou.

Outro problema tratado foi o do relacionamento entre o PMDB e o PFL "e seu indispensável entendimento, absolutamente necessário".

— Devemos continuar o entendimento que deu origem à Nova República.

Antes de chegar ao Alvorada, Ulysses anunciava uma "conversa franca e aberta com o Chefe do Go-



Depois de falar com Sarney, Ulysses diz que a situação não é insolúvel

verno". Na saída, manifestou confiança:

— A situação econômica do País é difícil, mas não é insolúvel. O Governo está examinando uma série de medidas em profundidade, para em breve tomá-las, em benefício da Nação.

A adoção de medidas de combate à inflação, em breve, fora anunciada pouco antes do encontro de Ulysses e Sarney pelo Ministro da Administração, Aluizio Alves, que também esteve com o Presidente, à tarde. Nenhum dos dois quis adiantar quais as medidas que o Governo adotará.

— Esse é um assunto do Presidente e do Funaro. Há um elenco de medidas que eu não posso e não vou dizer. O Governo é que vai decidir e anunciar — repetiu.

Desde a manhã de sábado, quando recebeu em casa o Ministro da Fazenda, Dilson Funaro, Ulysses Guimarães vem promovendo em seu círculo de correligionários do PMDB

um debate sobre os caminhos que o Governo deve seguir no âmbito da política econômica.

Depois de conversar com Funaro, passou a tarde e parte da noite de sábado examinando a situação econômica com os Governadores eleitos da Bahia e do Rio Grande do Sul, Waldir Pires e Pedro Simon. Na noite de domingo, reuniu em sua casa o Líder do Governo na Câmara, Carlos Sant'Anna; dos Líderes do PMDB na Câmara e no Senado, Deputado Luís Henrique e Senador Fernando Henrique Cardoso; do ex-Líder Pimenta da Veiga e dos Deputados Fernando Gasparian e Prisco Vianna (PMDB-BA).

A partir de hoje, a situação da economia será objeto de reuniões quase diárias no Congresso. Da principal delas, amanhã, participarão parlamentares "moderados" e "conservadores" do PFL, PDS, PTB, PDC e PL, que vão procurar um posicionamento comum sobre a política desenvolvida "pelos Ministros do PMDB".

## Condição do apoio: preservar salários

BRASÍLIA — O apoio do PMDB à política econômica do Governo deve condicionar-se a medidas ajustadas aos compromissos programáticos do partido, isto é, "nada que signifique redução dos salários reais dos trabalhadores ou recessão". Essa foi a tese defendida pelos Governadores eleitos da Bahia, Waldir Pires, e do Rio Grande do Sul, Pedro Simon, junto ao Presidente do PMDB, Deputado Ulysses Guimarães.

Nos dois dias em que permaneceram em Brasília para avaliar a situação econômica, Simon e Waldir Pires participaram de reuniões da cúpula pemedebista. Waldir almoçou ontem com o Ministro da Cultura, Celso Furtado, para discutir a crise econômica e, antes de embarcar de volta a Salvador, o Governador reafirmou seu ponto-de-vista de que o crescimento do País deve ser preservado e os assalariados não podem ser punidos nos ajustes que o Governo deve promover em breve.

Waldir Pires afirmou que a elevação das taxas de juros autorizada pelo Banco Central conduziu a uma "inflação especulativa", e que o sistema financeiro precisa ser controlado pelo Governo. A política econômica dominou a pauta do encontro de Pedro Simon com o Ministro da Ciência e Tecnologia, Renato Archer, e de Waldir nos dois encontros sucessivos com Ulysses Guimarães, que ouviu mais do que opinou. Os contatos se estenderam também ao Líder do Governo na Câmara, Deputado Carlos Sant'Anna, e aos Deputados Jorge Hage e Raul Ferraz (ambos do PMDB baiano).



José Lourenço dialoga com PMDB para discutir a consolidação da Aliança

## Líderes da Aliança se reúnem para fortalecer a sustentação do Governo

BRASÍLIA — Os Líderes do PMDB e do PFL na Câmara, Luís Henrique e José Lourenço, concordaram ontem, após uma hora de reunião, que seu principal papel, a partir de agora, será o de consolidar a Aliança Democrática, "costurando onde houve rupturas", por causa das eleições ou por outros motivos. José Lourenço disse que houve identidade total entre ambos na avaliação, o que facilitará o relacionamento entre os dois partidos e o Governo.

Ao analisarem as dificuldades econômicas e os problemas sociais, concluíram, de acordo com o Líder do PFL, pela necessidade de uma base sólida de apoio ao Presidente Sarney, para evitar que as outras crises se juntem à política.

A partir desta conversa — informou — os dois Líderes passarão a manter "linha direta", facilitando,

desta forma, a defesa dos interesses do Governo. "Se há boa vontade e identidade nas avaliações, o resto fica mais fácil", afirmou Lourenço. Aos dois deve-se juntar o Líder da Maioria na Câmara, Deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), que não participou da conversa preliminar.

José Lourenço disse que os Líderes dos partidos que compõem a Aliança Democrática deverão trabalhar para que o apoio ao Presidente Sarney não seja meramente das lideranças, mas das bancadas em peso. Neste sentido, segundo Lourenço, não se cogita da formação de um bloco de apoio ao Governo. Ele sustenta que o bloco já existe: é a Aliança Democrática.

Provavelmente na próxima semana, os Ministros da área econômica deverão discutir com as bancadas do PMDB as novas medidas.

## Parecer sobre Regimento fica pronto até quinta-feira

BRASÍLIA — A Assembléia Nacional Constituinte deverá examinar todas as propostas de iniciativa popular, enviadas com a assinatura de 30 mil pessoas ou o endosso de pelo menos uma entidade representativa da sociedade civil que tenha o mesmo número de membros. Esse é um dos pontos já definidos pelo relator do Regimento Interno da Constituinte, Senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP), que deverá apresentar o seu parecer até a próxima quinta-feira. Segundo ele, trata-se de uma inovação no processo de elaboração de uma Constituição.

Outro ponto já praticamente definido diz respeito ao número de comissões. Fernando Henrique está em dúvida apenas se deverão ser oito ou nove, divididas em duas ou três sub-comissões. Haveria também uma comissão de sistematização, formada pelos presidentes e os relatores das comissões, mais um determinado número de constituintes, ainda a ser definido, para manter o critério de proporcionalidade na representação dos partidos. O Senador acredita que assim estaria assegurada a participação de todos os parlamentares no processo de elaboração do novo texto constitucional.

Fernando Henrique espera ter pronto hoje o esboço do seu substitutivo. Amanhã pretende dar início a uma série de reuniões com as lideranças de todos os partidos para discutir o Regimento.

Ele quer encontrar um ponto comum para as questões políticas, como a soberania da Constituinte, o referendo para a aprovação popular da Constituição (prefere um referendo por temas, não global), a composição da Mesa e a divulgação dos trabalhos pelos meios de comunicação de massa.

Quer também conversar com os autores das emendas ao anteprojeto de Regimento. O objetivo é trocar idéias para confrontar a posição do relator com as propostas apresentadas.

Fernando Henrique, que é o Líder do PMDB no Senado, está preocupado em evitar polêmicas quando o seu substitutivo for apresentado no plenário. Para o bom andamento dos trabalhos da Constituinte, ele aposta na capacidade de trabalho dos parlamentares e no surgimento de novas lideranças. Por isso, deseja elaborar um Regimento o mais democrático possível, "que garanta a participação de todos e evite, a todo o custo, qualquer golpe ou manobra regimental".

# Governadores negam 'lobby', mas pretendem influenciar Constituinte

No primeiro ano de sua administração, Orestes Quércia vai ficar de olho da Constituinte, com um pé no Palácio dos Bandeirantes e outro na Avenida W-2 Sul. O Governador eleito do Rio Grande do Sul, Pedro Simon, que passou os últimos 27 anos no Legislativo e considera um "castigo" ficar de fora logo agora, disse que sua arma para influir no corpo de legisladores será o diálogo. Lobby é um expediente que Waldir Pires, da Bahia, afirma não tolerar, mas ele considera que os Governadores são "companheiros graduados" e devem ser ouvidos sempre pelas bancadas federais.

Na W-2 Sul funciona o escritório de representação do Governo paulista na Capital, o mesmo que abriga a sede brasileira da Frente Municipalista, presidida por Quércia. O futuro Governador de São Paulo abraça a tese defendida pela historiadora Maria Victória Benevides, de que ele e seus colegas não devem ficar parados, esperando os novos deputados e senadores redigirem a Constituição e, em vez disso, usarem de todo o seu poder de pressão sobre a Constituinte. Só não concorda quando Maria Victória diz que da atuação dos novos Governadores dependerá a coesão partidária. Acha, porém, que eles têm o dever de marcar presença na Assembléia — uma participação ativa que vise, sobretudo, ao fortalecimento dos Estados e Municípios. Neste ponto, admite que pretende usar a experiência que acumulou na presidência da Frente Municipalista e confirma que em seu escritório de Brasília manterá uma equipe de juristas à disposição dos constituintes.

— É certo que a Assembléia é livre e soberana, mas nós devemos ajudar de todas as formas.

A opinião é compartilhada por Simon:

— Se influência (sobre a Constituinte) significa que os Governadores terão a grande força, o poder de impor, não acredito. No Rio Grande, teremos diálogo, não imposição. Vai haver, isto sim, uma integração entre Governo, partido e bancada, mas não pretendo impor nada. Teremos reuniões constantes para discutir os problemas e as propostas para a Constituinte.

Essas reuniões já estão acontecendo no confortável duplex que ocupa, na Avenida Protásio Alves, em Porto Alegre, sempre que Simon não está tratando da formação de sua equipe de Governo. Em Belo Horizonte, Newton Cardoso faz o mesmo: reserva as quartas-feiras para audiências a Deputados e na próxima semana pretende reunir a bancada mineira para detalhar os interesses específicos do Estado na Constituinte, com

prioridade para a política mineral. Para Cardoso, é hora de resgatar a Federação e a descentralização política, econômica e tributária, e, ainda, definir com clareza as relações entre o capital e o trabalho.

— Não se pode pensar uma Federação mutilada, onde os Estados são meros repassadores de recursos. A reforma tributária é do interesse de todos os Governadores, como o é do Presidente Sarney, porque dela depende o equilíbrio da Federação, assim como é preciso acabar com a inversão dos valores que tem prevalecido neste País, que penaliza o trabalho e premia o capital — diz o futuro Governador de Minas.

Descentralização, sim. Mas o poder central forte deve ser mantido. É o que pensa Miguel Arraes, outro que tem conversado quase diariamente com os constituintes de Pernambuco. Para Arraes, deve ser grande o poder dos Estados sobre a Assembléia Nacional Constituinte, mas, antes de tudo, a pressão maior deve partir da população. Diz que está redondamente enganado quem subestima a opinião pública:

— Nem mesmo a ditadura a ignora. Apenas a reprimiu — alerta.

E está tão convencido que não teme uma Constituição conservadora:

— O julgamento do que pode ser a Constituinte a partir dos perfis pessoais dos seus integrantes, francamente, me parece falso, porque essa superposição de perfis simplesmente ignora a força externa, que é a pressão da opinião pública. O perfil geral da Constituição será mais democrático que a soma dos perfis de todos os constituintes — analisa Arraes.

Waldir Pires também entende que, não só os Governadores, mas toda a sociedade deve fazer pressão sobre a

Assembléia. Considerado, como Arraes, um líder natural em seu Estado, Pires não deverá ter problemas de relacionamento com a bancada baiana, a quarta maior do Congresso, com um total de 28 parlamentares. Tudo se resolverá à base de diálogo, acreditam deputados ligados ao novo Governador da Bahia. Eles acrescentam que fazer pressão sobre a bancada será a saída para os Governadores sem liderança.

A Constituinte tem uma missão fundamental: devolver a governabilidade aos Estados. Primeiro, através de uma reforma tributária que acabe com a centralização de recursos pela União. Depois, com uma reforma administrativa que racionalize a máquina pública e termine com a infinidade de órgãos com funções similares. A expectativa é do Governador eleito do Rio Grande do Sul, Pedro Simon, que acrescenta:

— Se tivéssemos a chance de reduzir os órgãos federais e estaduais à

metade, o trabalho e a ação governamentais ficariam infinitamente facilitados.

Simon defende que os constituintes estabeleçam claramente quem arrecadará impostos e quem ficará encarregado de atender as áreas de saúde, transporte ou educação. Antes, porém, há um problema de "urgência urgentíssima" para o Rio Grande resolver, que não pode esperar pela Constituinte:

— É a consolidação da dívida pública do Estado, que é fantástica e atinge níveis monumentais.

Beirando os Cz\$ 60 bilhões, a dívida da gaúcha — assim como a dos demais Estados — é um problema a ser resolvido pela União. Simon lembra que este foi o compromisso assumido por Tancredo Neves e endossado por José Sarney. Sem esta solução e o aporte de recursos para novos investimentos — ele revela que a curto prazo não dispõe de nada para investir —, o Estado não terá condições de se desenvolver.

— Precisáramos — e não é caridade, pois o Rio Grande contribui com dez por cento da receita federal — que a União olhasse setores prioritários, como energia e transportes, para que o Estado fizesse aplicações neste início de gestão e lhe permitisse acompanhar o desenvolvimento do País.

Desde já, ele prega o entendimento — e está convicto de que está conseguindo unir todas as forças sociais, não em torno de si ou do partido — em torno de um projeto que batizou de "Rio Grande", um movimento que não deve esperar que a crise piore.

— Ninguém vai querer vencer essa crise para transformar o Simon no grande nome — tranquiliza.

